**ANEXO I**

**ao PARECER REFERENCIAL PGE/MS/CJUR-SED/Nº 001/2018**

**‘’PREGÃO PRESENCIAL N. \_\_\_\_\_\_\_\_201\_**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

**DATA DA ABERTURA DA SESSÃO: 00/00/201\_ ÀS 00:00 HORAS (HORÁRIO LOCAL)**

**PREÂMBULO**

**1 – DO OBJETO**

**2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4 – DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES**

**5 – DAS PROPOSTAS**

**6 – DA HABILITAÇÃO**

**7 – DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

**8 – DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO**

**9 – DA CONTRATAÇÃO**

**10 – DO LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO**

**11 – DO PAGAMENTO**

**12 – DAS PENALIDADES**

**13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS**

**ANEXO I “A” – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE MENOR**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO**

**PREGÃO PRESENCIAL N. 00/00 - SED**

**A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) seu (a) Presidente (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) do RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste município, e a Escola Estadual \_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) seu Diretor (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) do RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) na Rua \_\_\_\_\_\_, neste município**, através da Equipe de Apoio de Pregão, torna público que no dia \_\_/\_\_/\_\_\_\_ **às \_\_:\_\_ horas (horário local)**, na sede da Associação situada no endereço\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (pode ser outro o local) neste município realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL – PP,** do tipo **“menor preço por item”**, autorizado no **Processo Administrativo n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_201\_**, que será regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, pelo Decreto Estadual n. 11.676/2004 e subsidiariamente pela Lei Federal n. 8.666/93, suas alterações e demais especificações e condições constantes neste ato convocatório.

**1 – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Associação de Pais e Mestres, visando à **aquisição de gêneros alimentícios**, em conformidade com as especificações constantes da Proposta de Preços **(Anexo I)** e demais Anexos, parte integrante deste ato convocatório, destinados à merenda escolar da Escola Estadual \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

* 1. O valor estimado global da licitação, conforme pesquisa de preços é de **R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1.** As despesas decorrentes do fornecimento correrão por conta dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE – para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

**3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e atenderem as exigências deste edital e seus anexos.

**3.1.2.** As empresas em Recuperação Judicial e Extrajudicial que obtiveram a concessão da Recuperação Judicial poderão participar desde que apresente a certidão de concessão da Recuperação Judicial.

**3.1.2.1.** A apresentação da certidão de concessão de recuperação judicial não suprime a obrigação de a empresa comprovar todos os quesitos requeridos no certame, inclusive econômico-financeiros, pois necessário conferir igual tratamento a todas as licitantes.

**3.2.** Não poderá participar:

**3.2.1.** Empresas em processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência que não obteve a concessão da Recuperação Judicial;

**3.2.2.** Empresas e pessoas que se enquadrem em uma das hipóteses enumeradas no art. 11 do Decreto Estadual n. 11.676/2004;

**3.2.3.** Para o mesmo lote proposto, grupo de empresas ou suas filiais que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro ou que tenham diretores, sócios, acionistas ou representantes legais comuns, ou empresas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente uma da outra. Caso ocorra o exposto, o pregoeiro não levará em consideração as propostas, rejeitando-as.

**4 – DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES**

**4.1.** Para fins de credenciamento junto ao pregoeiro, a proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela Representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

**4.2.** O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1. No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação de ato constitutivo, estatuto, contrato social ou documento equivalente da eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.
2. Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea anterior que comprove os poderes do mandante para a outorga.

**4.3.** No momento do credenciamento deverá ser apresentada **Declaração de Habilitação (Anexo II)**, de acordo com o inciso VII, artigo 4º da Lei Federal n. 10.520/2002 e inciso V do art. 8º do Decreto Estadual n. 11.676/2004, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos da habilitação, juntamente com os envelopes n. 01 e n. 02.

**4.4.** As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que desejarem os benefícios concedidos pela Lei Complementar n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar n° 147/2014, e disciplinada no Estado de Mato Grosso do Sul pela Lei Complementar 197/2014 e pelo Decreto Estadual 12.683/08 (dispõe sobre o tratamento diferenciado às ME e EPP deste Estado), deverão apresentar os seguintes documentos:

1. Declaração de Habilitação” (Anexo II), declarando que cumprem plenamente os requisitos da habilitação exigidos no presente pregão e informando serem microempresa e empresa de pequeno porte, fazendo constar, se houver, a restrição da documentação exigida, para efeito da comprovação de regularidade fiscal.

**a.1.** A omissão da informação da restrição na “Declaração de Habilitação” implicará na inabilitação da empresa, caso seja verificada irregularidade em sua documentação fiscal.

1. Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) ou Certidão fornecida pela Junta Comercial do Estado da sede da empresa licitante, relativa ao ano-calendário do ano anterior, acompanhada de declaração assinada conjuntamente pelo representante legal da empresa licitante e por um profissional de contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando que estão registradas na condição de ME ou EPP. A certidão deverá observar ao disposto no subitem 5.2. deste edital.

**4.5.** É vedado a qualquer participante representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

**4.5.1.** A empresa proponente somente poderá se pronunciar por meio de seu representante credenciado e ficará responsável pelas declarações e manifestações do mesmo.

**4.5.1.1.** Será admitido o substabelecimento do credenciamento desde que devidamente justificado e esteja previsto no instrumento de procuração e/ou credenciamento com poderes específicos para o tal ato.

**4.6.** A ausência do credenciado a qualquer das fases do certame será interpretada como desistência da prática dos atos a serem realizados no referido momento.

**5 – DAS PROPOSTAS**

**5.1.** A proposta de preços deverá ser apresentada no **ENVELOPE N. 01**, elaborada em papel timbrado da empresa ou conforme o **Anexo I** do presente edital, contendo obrigatoriamente os seguintes elementos:

1. preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, **expressos em algarismos**;
2. não deve conter cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;
3. deve fazer menção ao número do pregão e do processo licitatório;
4. deve ser datada e assinada na última folha e rubricadas nas demais, pelo representante legal da empresa;
5. deve conter na última folha o número do CNPJ da empresa;
6. indicar o prazo da entrega da 1ª parcela dos gêneros alimentícios ofertados, não superior a **05 (cinco) dias úteis**, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da solicitação do(a) Direto(a) da Escola Estadual. No caso do prazo de entrega ser omitido na proposta, o(a) pregoeiro(a) consideraráo prazo acima mencionado;
7. deve informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior **a 60 (sessenta) dias,** contados da data de entrega da mesma. No caso do prazo de validade ser omitido na proposta, o(a) pregoeiro(a) considerará o prazo acima mencionado;
8. deverá ser indicada na Proposta Detalhe **somente uma única marca por item ofertado;**
9. indicação do nome do banco, número da agência, número da conta corrente, para fins de recebimento dos pagamentos;
10. indicar nome da empresa, razão social ou denominação social, endereço completo, n. de telefone e n. do aparelho de fax atualizados para facilitar possíveis contatos.

**5.1.1.** A proposta de preços deverá ser apresentada sem o valor do ICMS devido nas operações internas do Estado de MS, conforme estabelecido no Decreto Estadual n. 11.403 de 19/09/2003 e suas alterações (somente para empresas localizadas no Estado de MS).

**5.1.2.** Na hipótese do subitem 5.1.1., o documento fiscal (Nota Fiscal) deve ser emitido na forma estabelecida pelo art. 2º do referido Decreto.

**5.1.3.** Quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.

**5.1.4. Quando o descritivo do objeto da Proposta de Preços estabelecer mais de uma opção de especificação, a licitante deverá informar em sua proposta, qual objeto estará efetivamente ofertando.**

**5.1.5.** A licitante vencedora deverá encaminhar a proposta atualizada, conforme alíneas do subitem 5.1. com valores dos itens do(s) lote(s) atualizados proporcionalmente ao lance vencedor.

**5.1.6.** O valor proposto deve ser IGUAL ou INFERIOR ao **VALOR POR ITEM DE REFERÊNCIA** explicitado no Anexo I “A” do edital, sob pena de desclassificação, conforme determina o subitem 7.1.4 deste edital.

**5.2.** A proposta deverá estar acompanhada ainda da seguinte documentação, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO:**

**5.2.1.** Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Anexo V.

**5.2.2.** Declaração de garantia da qualidade de todos os produtos ofertados, atestando que os mesmos se encontram dentro do prazo de validade.

**5.2.3.** Declaração, para os produtos cárneos do Anexo I, se comprometendo de que as entregas ocorrerão em veículo fechado isotérmico ou refrigerado e devidamente compatível com o transporte de alimentos.

**5.3.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital.

**5.4.** É de inteira responsabilidade da proponente o preço e demais condições apresentadas.

**5.5.** O envelope n. 01 deverá ser endereçado da seguinte forma:

**ENVELOPE N. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**PREGÃO PRESENCIAL N. 00/201\_ –PROC. N. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Data: XX/XX/201\_ ( )**

**Horário: XX:XX ( )**

(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

**6 – D A H A B I L I T A Ç Ã O**

**6.1.** Para fins de habilitação a proponente deverá apresentar, no **Envelope n. 02**, sob pena de inabilitação, os seguintes documentos:

**6.1.1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual; **ou**
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; **ou**
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício; **ou ainda**
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

**6.1.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda **(CNPJ);**
2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
3. Prova de inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.
5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (ISSQN), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.
6. Certificado de Regularidade do FGTS por meio do CRF.
7. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) - RFB e PGFN;

**6.1.2.1.** Caso a licitante possua as documentações previstas no subitem **6.1.2.**, Inciso VI e Inciso VII, unificadas, conforme **Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14,** a mesma deverá apresentar a **Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou Certidões Individuais, até a expiração de seu prazo de validade, abrangendo em seu bojo também a informação quanto às contribuições previdenciárias, de acordo com as determinações da Portaria mencionada.**

**6.1.2.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XIII da Lei Federal nº 10.520/2002.
3. O prazo para normalização da regularidade fiscal de que trata a alínea “a” não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica e à qualificação técnica e econômico-financeira, bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.
4. Não havendo a regularização da documentação fiscal, no prazo previsto n a alínea “a” ocorrerá a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar, se for o caso, a licitação.

**6.1.3. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

1. Atestado(s) de Capacidade Técnica da licitante, emitido(s) por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória, a aptidão para desempenho de atividades pertinentes ao objeto a ser licitado.
2. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
3. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

**6.1.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
2. Quando se tratar de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima, admitir-se-á a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado, acompanhado de cópia da respectiva publicação em Diário Oficial.
3. As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem cumprir a exigência contida no inciso I, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.
4. Somente serão válidos o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do exercício financeiro do ano de 2016 das sociedades anônimas e demais sociedades empresariais.
5. Poderão ser exigidas das empresas para confrontação com as Demonstrações Contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.
6. Índice de Solvência, calculado com base no balanço patrimonial, devendo ser obrigatoriamente assinado pelo contabilista responsável.
7. A análise da qualificação econômico-financeira será feita da seguinte forma:

Solvência Geral (SG)

Onde:

SG = Ativo Total ≥ 1

Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante

**a.1)** As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) no índice acima referido deverão possuir capital mínimo integralizado ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**a.2)** Em se tratando de empresas cadastradas no CCF/CERCA o cálculo deste índice será verificado pelo pregoeiro, através dos dados fornecidos pela licitante no CERCA – Certificado de Registro Cadastral. Não havendo a necessidade da apresentação deste documento pela licitante cadastrada.

1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente autenticada pelo órgão competente que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerradas há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da comarca a que pertence, conforme subitem 6.3, observado o prazo estipulado no subitem 6.2 do edital.
3. **Declaração de Menor (Anexo III)**, mediante documento firmado pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

**6.2.** Os documentos solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos que, uma vez não mencionado será considerado como sendo até **90 (noventa) dias**, contados da data de sua emissão, exceto os documentos estabelecidos na alínea “b” do subitem 4.4 e de atestados de capacidade técnica que não serão objeto de aferição quanto a esse aspecto.

**6.3.** Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente fornecerá o objeto, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, exceto se, comprovadamente, demonstrar que o recolhimento de contribuições (INSS e FGTS) e/ou balanço é centralizado, bem como os atestados de capacidade técnica, que poderão pertencer a matriz ou a filial, independentemente do estabelecimento que esteja participando.

**6.4.** O envelope n. 02, contendo todos os documentos exigidos no item 5 e seus subitens deverá ser endereçado da seguinte forma:

**ENVELOPE N. 02 – HABILITAÇÃO**

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES**

**PREGÃO PRESENCIAL N. \_\_\_\_\_/201\_ PROC. N. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_201\_**

**Data: XX/XX/20XX ( )**

**Horário: XX:XX ( )**

(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

**6.5.** Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação de titularidade das empresas, ficarão à disposição das licitantes na Sala de Licitações e somente serão retirados após 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho pela empresa vencedora. Após 60 (sessenta) dias, caso não retirados, pregoeiro procederá a sua destruição.

**6.6.** A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CERCA, emitido pelo Estado de Mato Grosso do Sul na forma do Decreto Estadual n. 14.803, de 17 de agosto de 2017, **com toda documentação atualizada (certidões negativas e balanço patrimonial)**, substitui os documentos enumerados nos **subitens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.4 incisos (I a IV).**

**6.7.** A licitante deverá apresentar juntamente com o Cerca, a relação de datas de vencimentos dos documentos.

**6.8.** As licitantes que apresentarem os certificados de que trata o subitem 5.6. deverão trazer os documentos elencados nos **subitens 6.1.3, 6.1.4 inciso** **III (Declaração de Menor)**, assim como **Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos (Anexo IV)**, comprometendo-se a informar, a qualquer tempo, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, a existência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante, na forma determinada no §2º, do artigo 32, da Lei Federal de Licitações, inseridos no Envelope n. 2 (da documentação).

**6.9.** As documentações, quando vencidas em data anterior à sessão de abertura do certame, deverão ser regularizadas junto ao Cadastro da Superintendência de Licitação/SAD ou na própria sessão, incluindo-as no Envelope n. 2 (da Documentação de Habilitação).

**7 – DO PROCEDIMENTO DA ABERTURA E ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

**7.1. abertura E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1.1.** No dia, hora e local designado no preâmbulo do edital, será aberta sessão pública para processamento do pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos envelopes com propostas escritas e documentação de habilitação.

**7.1.2.** O pregoeiro comunicará aos presentes que o prazo para recebimento dos envelopes será de 10 (dez) minutos, neste momento todos os interessados em participar da licitação deverão entregar os seus envelopes de propostas, juntamente com os documentos necessários para o credenciamento. Após esse período, não serão aceitos novos interessados.

**7.1.3.** O pregoeiro procederá a abertura do Envelope n. 01, contendo a Proposta de Preço Escrita ordenando-a em ordem crescente de preço e em seguida fará uma análise prévia dos preços, observando a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total, procedendo-se às correções de eventuais erros, tomando como corretos os preços unitários.

**7.1.4.** As propostas que não atenderem as exigências deste edital, quanto ao preço e aos documentos solicitados, serão liminarmente desclassificadas.

**7.1.5.** Após proceder conforme descrito no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) selecionará as propostas para fase lances, observando os seguintes critérios:

1. seleção da proposta de **menor valor** e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
2. não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

**7.1.6.** Havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas selecionadas para a fase de lances, realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.

**7.2.** **DA FASE DE LANCES**

**7.2.1.** O pregoeiro convocará as licitantes selecionadas conforme subitem 6.1.5 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta de **maior preço**, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.

**7.2.2.** O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

**7.2.3.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, a ser estabelecido pelo pregoeiro, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o valor global da proposta.

**7.2.4.** Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO.

**7.2.5.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**7.2.6.** Em seguida, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta de **menor valor**, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**7.2.7.** Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado primeiramente a preferência de contratação para as ME’s e EPP’s de Mato Grosso do Sul.

**I.** Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço.

**7.2.8.** A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:

1. Ocorrendo o empate, a ME ou EPP de Mato Grosso do Sul que estiver dentro da margem de 5% (cinco por cento) será chamada para apresentar proposta de percentual inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto a seu favor.

**a.1)** citado empate será concedido nos casos em que a empresa considerada vencedora do certame não seja uma ME ou EPP;

1. Caso não tenha ME ou EPP de Mato Grosso do Sul dentro da margem de 5% (cinco por cento), será dada a preferência mencionada acima para a ME ou EPP mais bem classificada.
2. Caso a ME ou EPP não apresente proposta de percentual inferior, na forma da alínea “a” ou não esteja habilitada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, sempre observando a preferência para as empresas sediadas em Mato Grosso do Sul. Caso não haja empresa de Mato Grosso do Sul, será observada a ordem classificatória paras as demais empresas, para o exercício do mesmo direito.

**7.2.9.** A ME ou EPP, conforme as situações acima, será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de **05 (cinco) minutos**, após o encerramento dos lances verbais, sob pena de preclusão.

**7.2.10.** Considerada aceitável a proposta de menor valor, será aberto o envelope da documentação habilitatória.

**7.3. DA HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**7.3.1.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro abrirá o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante que tiver formulado a **melhor proposta de preços**, para comprovar a regularidade da situação da autora da proposta. O pregoeiro verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas no subitem 6.1.2.1. No caso de ME/EPP com documentação fiscal vencida.

**7.3.1.1.** Caso a licitante apresente o Certificado Cadastral – CERCA, pregoeiro efetuará consulta no Cadastro Central de Fornecedores/MS, para comprovar a regularidade da situação da autora da proposta.

**7.3.2.** Se a proposta ou lance de menor valor total do lote, não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**7.3.3.** Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

**7.3.4.** Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consignarem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, preços por lote ou unitário simbólicos, irrisório ou cotação de valor zero.

**7.3.5.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer (descrição sucinta), quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**7.3.6** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora do certame.

**7.4. ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

**7.4.1.** Em não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora.

**7.4.2.** Havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, deverão ser observadas as disposições constantes no item 8, deste edital.

**7.4.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

**7.4.4.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que ao final, será assinada pelo pregoeiro e pelas proponentes presentes.

**7.4.5.** O pregoeiro ou a autoridade superior poderá pedir esclarecimentos e promover diligências, em qualquer fase da licitação e sempre que julgar necessário, fixando prazos para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo.

**7.4.6.** Eventuais falhas, omissões ou irregularidades formais, desde que tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos demais licitantes, poderão ser saneadas durante a sessão pública de processamento do pregão.

**7.4.7.** O Pregoeiro poderá utilizar a prerrogativa prevista no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, observado, neste caso, o prazo de três dias úteis para apresentação de novas propostas (art. 14 do Decreto Estadual n. 11.676/2004).

**7.4.8.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

**7.5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**7.5.1.** O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **"MENOR PREÇO POR ITEM"**.

**8 – DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO**

**8.1. DA IMPUGNAÇÃO**

**8.1.1.** Qualquer interessado poderá **até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada** para recebimento das propostas e habilitação, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, sob pena de decadência do direito de fazê-lo administrativamente.

**8.1.2.** A impugnação ao edital deverá ser dirigida à autoridade que expediu o presente instrumento convocatório.

**8.1.3.** Acolhida a impugnação poderá ser designada nova data para realização deste certame.

**8.1.4.** A ausência de decisão administrativa definitiva pertinente à impugnação antes da data fixada para a realização deste pregão confere ao licitante a sua participação no procedimento licitatório até a ocorrência desse evento.

**8.2. DO RECURSO**

**8.2.1.** Interposto o recurso (conforme estabelecido no subitem 7.3.5.), os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões, em **até três dias** contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

**8.2.2.** O recurso deverá ser dirigido ao Diretor(a) da Escola Estadual responsável pela autorização da licitação por intermédio do(a) pregoeiro(a) e deverá declinar sobre a motivação sustentada na sessão.

**8.2.3.** Acolhido o recurso pela autoridade competente, o pregoeiro reabrirá a sessão para a reformulação do ato combatido e consequente adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**8.2.4.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9 – DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Será firmado contrato com a licitante vencedora com base nos dispositivos da Lei n. 8.666/93.

**9.2.** O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação pelo(a) Diretor(a) da Escola Estadual.

**9.3.** Na hipótese da(s) licitante(s) adjudicatária(s) não assinar(em) o(s) contrato(s) no prazo mencionado no item anterior, o(a) Diretor(a) da Escola Estadual convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com o inciso XVI e XVII, da Lei n. 10.520/02, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**9.4.** Por ocasião da assinatura do contrato ou no ato do pagamento, o(a) Diretor(a) da Escola Estadual exigirá da(s) licitante(s) vencedora(s) a apresentação dos comprovantes de regularidade:

**a)** do INSS (por intermédio da CND – Certidão Negativa de Débito);

**b)** do FGTS (por meio do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS);

**c)** da Certidão Negativa de Quitação de Tributos e Contribuições Federais – SRF;

**d)** da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

**9.5.** A licitante vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

**10 – DO LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**10.1.** A assinatura do contrato será firmada entre o representante da unidade escolar e o licitante, e a entrega dos objetos deverá ser realizada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (**semanalmente, quinzenalmente, mensalmente, ou de uma só vez- ATENÇÃO: deve ser definido neste momento.)**

**10.2.** A licitante contratada obriga-se a fornecer os gêneros alimentícios a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços (Anexo I), sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

**10.3.** Em se tratando de produtos alimentícios perecíveis que necessitam de refrigeração como carnes, laticínios e pescado, deverá ser observada a legislação municipal sobre transporte de gêneros alimentícios, exigindo da licitante vencedora, Declaração no ato da entrega de que os produtos foram transportados e acondicionados em boas condições higiênicas e conservação térmica adequada.

**10.3.1.** O recebimento dos gêneros alimentícios se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

1. **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;
2. **definitivamente**, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos objetos ofertados, e consequente aceitação pela equipe técnica/responsável, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

**10.3.2.** Serão recusados os objetos imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

**10.3.3.** Os objetos ofertados deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

**10.4.** Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos ofertados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**10.5.** Os objetos ofertados, oriundos desta licitação devem estar acompanhados da nota fiscal/fatura discriminativa para efetivação de sua entrega.

**11 – DO PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento definitivo dos objetos ofertados, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo(a) Diretor(a) da Escola Estadual ou pessoa por ele indicada, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

**11.2.** Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**11.3.** Em hipótese alguma será concedido o reajustamento dos preços propostos e o valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

**11.4.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

**11.5.** Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

**11.6.** Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**11.7.** O órgão não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

**11.8.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante vencedora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**11.9.** A Administração efetuará retenção na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à licitante vencedora.

**12 – DAS PENALIDADES**

**12.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Mato Grosso do Sul e será descredenciada do Certificado de Registro Cadastral - CERCA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

a) apresentar documentação falsa;

b) fraudar a execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) cometer fraude fiscal;

e) fizer declaração falsa;

f) não mantiver a proposta.

**12.1.1.** Para os fins do subitem 12.1 “c”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

**12.2.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens de 12.6, 12.7, 12.8, com as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

d) impedimento de licitar e contratar com o Estado e descredenciamento no Certificado de Registro Cadastral - CERCA pelo prazo de até cinco anos.

**12.3.** Por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento, corrigido e atualizado, cumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso;

**12.4.** Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento formalizador da avença, este ficará sujeito ao pagamento de até 10% (dez por cento) do valor total do ou fornecimento à título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior;

**12.5.** As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às licitantes remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

**12.6.** No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

**12.7.** Em caso de descumprimento do prazo estabelecido para o início da prestação do serviço ou da entrega do bem, sem que haja justificativa aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará sujeita à multa equivalente a um por cento (1%), por dia corrido de atraso, até o limite de dez por cento (10%) do valor empenhado. Após trinta dias corridos de atraso, a CONTRATANTE poderá considerar inexecução parcial ou total do contrato.

**12.8.** Em caso de subcontratação não autorizada, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato. A reincidência por 1 vez de subcontratação não autorizada configurará inexecução parcial do contrato e ensejará a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

**12.9.** Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

**12.10.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**13- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** O(a) Diretor(a) da Escola Estadual poderá revogar o presente pregão por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado o disposto no artigo 49, da Lei n. 8.666/93.

* 1. Nas hipóteses tratadas no subitem anterior serão assegurados aos interessados o contraditório e a ampla defesa.
  2. A contagem dos prazos estabelecidos neste edital, em se tratando dos recursos, será feita em dias corridos, nela se excluindo a data de início e incluindo a do vencimento.
  3. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser apresentada em cópia legível, devidamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no SITE oficial do órgão emissor, ou autenticado digitalmente, sendo que, somente serão considerados os que estejam em plena validade. No caso de documentos emitidos em língua estrangeira, os mesmos deverão estar acompanhados da tradução para língua portuguesa nos termos da legislação vigente. Documentos em fax não serão aceitos.
  4. Na hipótese do interessado pretender servir-se de autenticação por membro da equipe de licitação deverá apresentar previamente o original e cópia, não se admitindo a autenticação depois de abertos os envelopes ou no momento da abertura.
  5. O objeto licitado poderá sofrer acréscimos ou supressões em conformidade com o estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei n. 8.666/93.
  6. O(a) pregoeiro(a) resolverá os casos omissos com base na legislação vigente.
  7. As decisões do (a) pregoeiro (a) serão consideradas definitivas somente após homologação pelo Diretor(a) da Escola Estadual.
  8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na **sede da Escola Estadual,** no endereço citado inicialmente, ou pelos telefones n. (0XX) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_em dias úteis no horário das \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
  9. Cópias do edital e seus anexos poderão ser obtidos no mesmo endereço, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução proporcional ao número de cópias.
  10. Fica eleito o foro da comarca de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir qualquer controvérsia resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos: I - PROPOSTA DE PREÇO; I – “A” - PREÇO REFERÊNCIA; II - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO; III - DECLARAÇÃO DE MENOR; IV - DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS; V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA e VI - MINUTA DO CONTRATO.

Local e data da expedição do edital.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Pregoeiro

**ANEXO I**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1. PROPOSTA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_ / (ANO) | | | | | |
|
| 2.Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual (NOMEAR A ESCOLA) | | | 3. Município  (COLOCAR O MUNICIPIO QUE ESTA LOCALIZADO) | | |
|  | | |  | | |
| 4. Data de Emissão | | 5. Data de Abertura | | | 6. Hora |
| (INSERIR DATA) | |  | | | (COLOCAR A HORA) |
| 7. Assinatura: | | | | | |
|
| 8. Ao Fornecedor: | | | | | |
| 9. Endereço: | | 10. CEP: | | | |
| 11. CNPJ: | | 12. Município: | | | |
| 13. Representante: | |  | | | |
| FAVOR FORNECER ORÇAMENTO DOS GÊNEROS ABAIXO | | | | | |
|
| 14.ITEM | 15.DISCRIMINAÇÃO: PRODUTO E MARCA | 16.UNID | 17.QUANT | 18.UNIT R$ | 19.SUBTOTAL R$ |
| 01 |  |  |  |  |  |
| 02 |  |  |  |  |  |
| 03 |  |  |  |  |  |
| 04 |  |  |  |  |  |
| 05 |  |  |  |  |  |
| 06 |  |  |  |  |  |
| 07 |  |  |  |  |  |
| 08 |  |  |  |  |  |
| 09 |  |  |  |  |  |
| 10 |  |  |  |  |  |
| 20. T O T A L (R$) | | | | |  |
| Deverão estar inclusos impostos, leis sociais, fretes e demais despesas. | | | | | |
| Propomos o fornecimento dos gêneros nos valores mencionados, sob as condições gerais e específicas indicadas neste formulário, com as quais concordamos. | | | | | |
|  | | | | | |
|  | | | | | |
|  | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
| 21. Assinatura do Fornecedor com Identificação (carimbo da empresa) | | | | | |
|  | | | | | |

**ANEXO I “A”**

**(Tabela de Preços/Preço Referência)**

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual (nome da escola) atendendo ao disposto na Lei Federal 11.947, de 16 de julho de 2009, e RESOLUÇÃO/CD/FNDE n. 26, de 17 de julho de 2013, Resolução Conjunta SED/SEFAZ/SAD nº 04/2015, e Resolução SED nº 3.297/2017, declara que se encontra aberto o Edital para compra de Gêneros Alimentícios para a Merenda Escolar. A demanda estimada de produtos a serem adquiridos segue abaixo e com as respectivas especificações técnicas dos alimentos a serem adquiridos, bem como os preços de referência:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Gênero Alimentício | Embalagem | Unidade | Quantidade | Período da Entrega do (diário, semanal, quinzenal ou mensal). | Preço Unitário de Referência | Preço Total de Referência |
| **EXEMPLO: ARROZ BRANCO** subgrupo polido, classe longo fino, agulha, tipo 1, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade, com grãos inteiros. | Acondicionado em embalagem de polietileno transparente, original de fábrica, de 5 Kg. | Kg\* | 10\* | Quinzenal\* | R$ 7,00\* | R$ 700,00\* |
| **PÃO DOCE**  o produto obtido pela cocção, em condições tecnologicamente adequadas, de uma massa fermentada, preparada com farinha de trigo e ou outras farinhas que contenham naturalmente proteínas | Embalado em saco de polietileno de baixa densidade, atóxico e de primeiro uso, de 25g a 50g | Kg\* | 10\* | Diário\* | 1,00\* | R$ 10,00\* |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

\*APENAS EXEMPLO PARA MELHOR COMPREENSÃO DE COMO DEVE SER FEITA A TABELA. O preço referência é aquele estimado pelo PROCON/MS e fixado por Resolução/SED.

OBS. SUGERE-SE ÀS UNIDADES ESCOLARES QUE CONSULTEM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ALIMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS, CONFORME DISPONIBILIZADO PELA EQUIPE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO ANEXO II.

* O MESMO ANEXO TAMBÉM PODE SER ELABORADO UTILIZANDO O “CHEFF ESCOLAR”.
* NO CASO DO ALIMENTO NÃO ESTAR LISTADO NO PREÇO REFERÊNCIA, A PESQUISA DE PREÇOS DEVE SER FEITA PELA PRÓPRIA ESCOLA E INSERIDA NO “CHEFF ESCOLAR” PELA EQUIPE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

(nome da empresa)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (endereço completo)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante abaixo assinado, declara, sob as penas da Lei, nos termos do inciso VII, artigo 4º da Lei Federal 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no edital de **Pregão Presencial n. XXXX/201\_**, autorizado pelo Processo n. XXXXXXX/201\_.

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE HABILITAÇÃO**

**(assinalar somente quando for ME e EPP do Estado de Mato Grosso do Sul e estiver a documentação fiscal irregular)**

Sou Microempresa/Empresa de Pequeno Porte.

Sou Microempresa/Empresa de Pequeno Porte e declaro que **possuo** restrição da documentação exigida, para efeito da comprovação de regularidade fiscal.

Local e data:

Assinatura e número da identidade do representante legal e CNPJ da empresa.

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE MENOR**

Declaro que não há no quadro de pessoal desta empresa, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7°, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sob a nova redação da Lei n.° 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e data:

Assinatura e número da identidade do representante legal e CNPJ da empresa

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS**

(nome da empresa) ..................................................................., CNPJ n.: .........................................., sediada ................................ (endereço completo) ................................................, declara, para os devidos fins, que compromete-se em informar a qualquer tempo, sob as penalidades cabíveis, a existência de **fatos supervenientes impeditivos** da sua habilitação, na forma determinada no § 2°, do artigo 32, da Lei n. 8.666/93 e alterações, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.

Local e data:

Assinatura e número da identidade do representante legal e CNPJ da empresa

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Pregão Presencial: **00/201X – SIGLA ÓRGÃO**

Processo: **XX/XXX.XXX/201X.**

**(nome da empresa)**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada\_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante devidamente constituído, conforme abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e que o conteúdo dessa proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta para participar desta licitação não foi informada, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da presente licitação antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data:

Assinatura e número da identidade do representante legal e CNPJ da empresa